

## ‘Chapa I – Movimento’ não tem concorrente para as eleições da Fenae 2014

A eleição da Fenae será realizada no dia 20 de março, das 9h às 18h, que tem por objetivo eleger os membros da Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal da entidade para o triênio 2014/2017 em pleito com chapa única. Participam da **Chapa I – Movimento** empregados da Caixa associados às Apcefs que ingressaram na Associação até o dia 31 de dezembro de 2013. As inscrições e registro de chapas encerraram-se dia 14 de fevereiro último. Por sua vez, a Funcef está se preparando para as eleições em abril para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal..

A **Chapa I – Movimento** é formada por lideranças do movimento economiário — empre-

gados e aposentados da Caixa filiados efetivos das Apcefs há mais de 12 meses consecutivos — que se destacam pela trajetória de lutas em defesa da categoria, pela unidade e fortalecimento da Fenae. Para o presidente da APACEF/RJ, Olívio Gomes Vieira, candidato ao cargo de Diretor para Assuntos de Aposentados e Pensionistas a eleição, “mesmo sendo um pleito com chapa única será mais um grande desafio que dará continuidade à luta em prol não só dos ativos, mas também de aposentados e pensionistas, que reivindicam melhores condições de vida com a recuperação de seus proventos, qualidade de vida e resgate pontual de sua auto-estima”. (Página 4).



### Carlos Caser é empossado na Abrapp



Em entrevista concedida com exclusividade ao Jornal O Economiário, Carlos Caser enfatiza a importância de sua participação como vice-presidente da Abrapp, na gestão 2014/2017. (Páginas 4 e 5)

### APACEF/RJ e Cruz Vermelha Brasileira anunciam Curso de Cuidador de Idoso em março

O curso será ministrado para os associados da APACEF/RJ a partir de março. A aula inaugural será na sede da Associação (Rua Almirante Barroso, 6/4º andar), dia 17/03, das 14h às 16h, com palestra sobre Cuidadores de Idoso e Cuidados com a Alimentação, que terá a orientação do instrutor de Cursos Livres da Cruz Vermelha Brasileira, Luís Cláudio dos Santos Madeira. (Veja a relação de cursos livres ministrados por Luís Cláudio no site [www.apacef.com.br](http://www.apacef.com.br)). (Página 8)

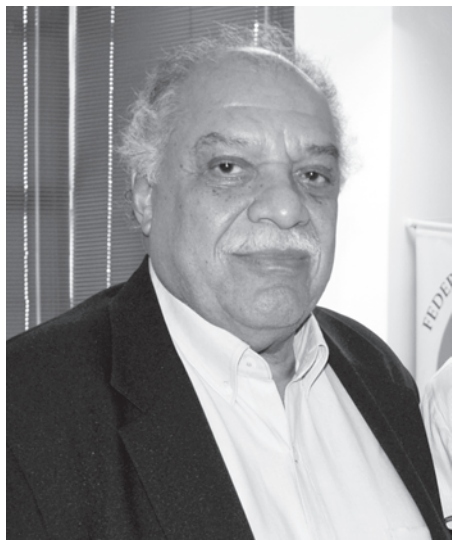
### Associação orienta preenchimento de Imposto de Renda 2014



A partir de março, os associados da APACEF/RJ devem ficar atentos ao preenchimento do Imposto de Renda 2014, quando a Receita Federal começa a receber a declaração de rendimentos. Pensando nisso, a Associação coloca à disposição seus serviços para esclarecer dúvidas de seus associados. Mais informações (21) 2262-5177/2524-5648 e no site [www.apacef.com.br](http://www.apacef.com.br)

## Palavra do Presidente

Olívio Gomes Vieira



## 2014 conclama a trilogia: união, força e organização

Se na análise sintática do título acima diz que o sentido da frase se encerra na palavra trilogia é porque não estamos falando a mesma língua. Certo ou errado? — Errado! Não somos lexicógrafos da Academia de imortais, mas vislumbramos que o momento preocupante por que passam nossas entidades representativas é de nos deixarmos um tanto quanto alarmados.

Há 15 anos quando assumimos o primeiro mandato como presidente da APACEF/RJ vislumbramos todos nós, aposentados, não só os economiários mobilizados, mas todos oriundos de várias vertentes ideológicas oriundas de categorias organizadas, reivindicando melhores condições de vida, lutando diante do neoliberalismo imposto em nosso país pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, sob o patrocínio dos EUA impulsionado pela Bolsa de Valores de Wall Street, em Nova Iorque.

As correlações de forças do Brasil começaram a se enfraquecer fruto da dominação do regime militar que se abateu no país aniquilan-

do um período de desenvolvimento que muitos brasileiros acreditavam que seu soerguimento fosse de fato verdadeiro. Éramos há cinco décadas moços e esperançosos. Hoje, nem tanto beiramos 70, 80 e até 90 anos. Na verdade somos vetustos, porém conscientes do que queremos, pois ajudamos a construir a nossa história e a trajetória vitoriosa da Caixa. Não acreditamos, enquanto economiários, que somos hoje velhos e um tanto quanto desassistidos. Mas, por que estamos frágeis, pois temos o Saúde Caixa, temos um dos bancos que tem uma das funções sociais mais pontuais da América Latina?

A Diretoria da APACEF/RJ irradia, consciente do momento difícil por que passam economiários aposentados e pensionistas, uma palavra de ordem que não devemos nos dispersar, mas reivindicar a recuperação de perdas de nossos proventos uma promessa adiada. As nossas conquistas “esquecidas” pelo Estado só serão retomadas com o retorno de reuniões que marcaram nossas manifestações no Auditório da Caixa, no Centro do Rio, que virou tambor de ressonância em grandes centros urbanos do país. E nessa onda é que devemos nos unir para superar divergências, coibir irregularidades visando resgatar a confiança de

todos os economiários, focando sempre no alvo da mobilização e da transparência dos nossos atos.

Temos consciência de que, muitos de nós estamos com a idade longa e a saúde reclamando cuidados. Mas devemos ocupar um ponto de encontro onde o foco são nossas entidades representativas de aposentados e pensionistas para questionar as pendências resultado do esmero e luta implacáveis de todos os economiários que contribuíram decisivamente para a construção da Caixa, que não deve ser usado como moeda de troca para campanhas políticas nem tampouco proselitismos inaceitáveis.

Portanto, defendemos a bandeira da ampliação e difusão da educação previdenciária, fazendo com que participantes ativos e assistidos tenham voz ativa nos fundos de pensão. Essa seria uma das estratégias para recuperar a segurança e a credibilidade da previdência complementar. Para tanto é necessário uma discussão profunda sobre o artigo 17, que permite a alteração dos planos para todos os participantes. Mas vale lembrar que só poderá identificar, melhor do que ninguém, a quebra do contrato previdenciário. Tudo isso depende do participante e do assistido. Estamos mobilizados para abraçar essa causa sem volta.

## EXPEDIENTE

Jornal da Associação de Aposentados e Pensionistas da CAIXA, no Rio de Janeiro (APACEF/RJ)

Av. Almirante Barroso, 06 – Gr. 403/411 – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20031-000 / Tel./Fax: (21) 2262-5177 – 2524-5648  
e-mail: presidencia@apacef.com.br.

A APACEF/RJ é filiada à Fenacef (Federação Nacional dos Aposentados da CEF) e à Fenae (Federação Nacional das Associações Economiárias)

**Diretoria  
Presidente**

Olívio Gomes Vieira

**Vice Presidente**

Severino Francisco de Caldas

**Diretor Financeiro e  
Administrativo**

Algemar José Ferreira

**Diretor de Patrimônio**

Waldir da Silva

**Diretora de Saúde e Bem-Estar**

Dra. Vera Lucia Faria de Moraes

**Diretor Cultural**

Paulo Celibaldo Tavares

**Diretora de Convênios**

Keline Keller

**Conselho Fiscal**

Adir Machado da Silva,  
Ernandes de Almeida Junior  
Judith Froés Martins

**O ECONOMIÁRIO**

Editor-Responsavel

Airton Rodrigues Mtb 13.185 RJ

**Projeto gráfico**

Diagramação: Luiz Roberto Martins –  
Tiragem 15.000 exemplares.

Visite: [www.apacef.com.br](http://www.apacef.com.br) e leia notícias atualizadas em tempo real

## Fenacef visita Câmara dos Deputados



Pedro Eugênio, Erica Kakay e Décio de Carvalho reivindicam melhorias

Dirigentes da Fenaef, Fenacef (Federação Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Caixa Econômica Federal) e Uneicef (União Nacional dos Economiários), se reuniram nesta quarta-feira, 19 de fevereiro, como presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves, em Brasília. Na oportunidade, foi entregue documento no

qual as entidades solicitam apoio do parlamentar em favor da reintegração ao Saúde Caixa, plano de saúde dos empregados da Caixa, dos aposentados que aderiram aos últimos três Programas de Demissão Voluntária (PADVs). No documento, as entidades representativas dos trabalhadores da empresa relatam a discriminação que sofreram os empregados des-

ligados nos PADVs de 1996, 2000 e 2001, no total de 4.765 pessoas prejudicadas.

As entidades argumentam que esse problema não ocorreu com os empregados que aderiram aos Programas de Apoio à Aposentadoria (PAAs). “Esses ex-empregados continuam com o Saúde Caixa, o que lhes garante tratamento digno e respeitoso. Esta, aliás, foi apenas uma prova do maior respeito ao trabalhador brasileiro a partir de 2003”, destacam.

Segundo a Fenaef, Fenacef e Unei, os ex-empregados têm recorrido à justiça para retornar ao plano de saúde e vem conseguindo posicionamentos favoráveis. As entidades lembram que em agosto de 2011, o ministro José Roberto Freire Pimenta, do Tribunal Superior do Trabalho considerou que empregados não podem ser levados a abrir mão de direitos que já integram o contrato de trabalho. Além disso, a lei 9656/98 reconheceu o direito à manutenção do plano de saúde aos traba-

lhadores que se desligarem de uma empresa.

Em julho do ano passado, após pressão das entidades representativas dos empregados da Caixa, a presidência da empresa encaminhou à mesa de negociação permanente o debate sobre o retorno dos excluídos do Saúde caixa. “No entanto, não houve avanços, pois a área técnica do banco tem apresentado números equivocados, que são frequentemente contestados pela categoria”, declaram as entidades no documento.

O deputado Henrique Alves disse que está solidário com a reivindicação e que vai conversar com o presidente da Caixa sobre o problema. Participaram da audiência com o presidente da Câmara dos Deputados, o presidente da Fenaef, Pedro Eugênio Leite, o presidente da Fenacef, Décio de Carvalho; o representante da Uneicef/RN, Roberto Ávila; o deputado federal Fernando Ferro (PT/PE) e o deputado estadual Hernando Morais (PMDB/RN).

## CNPC melhora regras para cobertura de déficit

Em 24 de fevereiro o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) revisou os artigos 28, 29 e 30 da norma que trata da cobertura do déficit dos planos de previdência, a Resolução CGPC nº 26, de 2008. A Anapar participou ativamente dos debates, propondo melhorias.

As novas regras preveem que o resultado deficitário poderá ser equacionado a partir do exercício seguinte ao de sua verificação e a cobertura pode ser feita em prazo compatível com o previsto para liquidação dos compromissos do plano de benefícios, ou seja, enquanto houver benefícios a pagar. Em vez da cobertura imediata, como exigia a Resolução 26, ficou mais claro que o equacionamento poderá ser feito no longo prazo, de acordo com plano de equacionamento a ser elaborado pela entidade e aprovado pelo Conselho Deliberativo. Esta medida desonera

participantes, assistidos e patrocinadores, de outra alteração que desonera os participantes e patrocinadores é a possibilidade de suspender o pagamento do déficit tão logo o plano de benefícios atingir seu equilíbrio ou tiver resultados superavitários. Isto evita situações em que participantes e patrocinadores continuam pagando contribuições extraordinárias apesar de o plano já ter se reequilibrado.

A norma aprovada pelo CNPC também deixa claro que o resultado deficitário deve ser coberto por ambas as partes – patrocinador, participantes e assistidos – obedecendo a proporção contributiva do período em que foi gerado. Nos planos onde a contribuição é paritária, a cobertura também deve ser paritária. A regra é importante, pois há planos em que déficits são cobertos alterando-se o regulamento do plano para reduzir os benefícios a conceder. Esta medida desonerava os patrocinadores

e atribuía aos participantes toda a cobertura, através da redução de seus benefícios. Pelas regras aprovadas isto não pode mais acontecer e as empresas patrocinadoras devem assumir, de fato, a sua parcela no equacionamento.

Quanto à parcela cabível aos participantes e assistidos, as alterações estabelecem que, nos planos de mútuas listas cujas reservas são coletivas, tanto participantes como assistidos devem participar da cobertura. Esta regulamentação evita casos conhecidos nos quais somente os participantes ativos ou só os assistidos assumem o equacionamento do déficit, introduzindo uma distribuição mais equânime dos ônus, sem beneficiar ou prejudicar ninguém.

Excepcionalmente, os planos de benefícios que apresentaram resultados deficitários de até 15% da reserva temática em 2013 podem apresentar plano de adequação somente no final

de 2014, permitindo que as entidades recuperem sua rentabilidade ao longo do ano e cubram o déficit sem onerar os participantes e patrocinadores. Em 2013, a rentabilidade dos investimentos foi fortemente afetada pela queda no valor de mercado de títulos públicos da carteira de várias entidades e pela desvalorização da renda variável, provocando resultados deficitários. Há expectativa que esta situação seja revertida em 2014 e que déficits conjunturais sejam cobertos com o retorno dos investimentos.

Novos avanços podem ser construídos – O CNPC aprovou a instalação de Comissão Temática para debater e propor, no prazo de 180 dias, novas revisões nas normas que tratam do déficit, superávit, precificação e contabilização de ativos e passivos e ALM.

# Carlos Caser assume vice-presidência da Abrapp



Carlos Caser, aposta no crescimento de participantes de Fundos de Pensão

O presidente da Funcef, Carlos Caser, assumiu, nesta quinta-feira, dia 30 de janeiro, a condição de dirigente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), no cargo de vice-presidente da entidade.

A Abrapp será presidida no triênio 2014/2017 por José Ribeiro Pena

Neto, da Forluz, fundo de pensão dos funcionários da Central Elétrica de Minas Gerais (Cemig). A posse da nova diretoria ocorreu na noite desta quinta, em São Paulo.

A direção da Abrapp conta ainda com 12 diretores executivos, distribuídos em seis regionais (Nordeste, Centro-Norte, Leste, Sudeste, Sudoeste e Sul).

Carlos Caser vê como desafio o papel de dirigente da representação das entidades de Previdência Complementar, sobretudo no que se refere ao aproveitamento do potencial de crescimento do sistema e à modernização dos instrumentos e processos de governança da Abrapp.

“Os fundos de pensão podem incluir participantes em número substancialmente maior que o do universo que hoje abarca, chegando a trabalhadores dos mais diversos segmentos, por meio de inúmeras novas entidades, mas precisamos fazer isso sem nos arredarmos daquilo que nos é central, a solidez das instituições e o equilíbrio dos planos, para garantia da complementação das aposentadorias”, frisou o executivo.

De acordo com dados da Abrapp, o patrimônio das entidades do setor representa atualmente 14,7% do PIB brasileiro, patamar muito aquém do de países como Estados Unidos (70,5%), Canadá (64%) e Chile (59%). A meta vislumbrada no segmento é atingir o equivalente a 26% do PIB nacional em 2021.

Atualmente, são 2,3 milhões os participantes ativos dos planos de benefícios oferecidos pelos 324 fundos de pensão existentes no sistema. Os números apresentados pela Abrapp revelam que o potencial de crescimento é, de fato, grande. Entre os 92 milhões de trabalhadores que compõem a população economicamente ativa no Brasil, cerca de 10 milhões recebem mais que o limite do benefício pago pelo INSS, o que pode levá-los a aderir a um fundo de pensão.

O novo vice-presidente da Abrapp considera essencial também ampliar a participação dos fundos de pensão em suas entidades representativas, para que possam ocupar espaços condizentes com o porte e o dinamismo de cada um deles. “Temos pela frente ações que precisam ser desenvolvidas conjuntamente, como o aprimoramento do marco regulatório, entre tantas outras, e isso requer o maior grau de unidade entre nós, para que seja assegurada a maior contribuição que cada entidade pode dar”, ressaltou Carlos Caser.

## ENTREVISTA COM O NOVO VICE-PRESIDENTE DA ABRAPP

### ‘Superados os reflexos da crise mundial, voltaremos novamente na rota dos resultados positivos’

A declaração é do novo vice-presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), Carlos Caser, que assumiu o cargo no dia 30 de janeiro, para o mandato 2014/2017, enfatiza a importância da participação de uma liderança de fundos de pensão na Associação. Ele salienta a importância de sua participação na Abrapp: “A nossa participação na direção da Abrapp é resultado de uma profunda avaliação que fizemos, conjuntamente com diversos outros fundos de pensão, que concluiu ser importante para o sistema ter representantes de entidades de vários portes nos órgãos de governança da associação. Nesse contexto, coube a nós a tarefa de assumir a vice-presidência da Abrapp”.

“” **Economiário - Como o Sr. avalia sua ascensão ao cargo de vice-presidente da Abrapp para o mandato 2014/2017 ao mesmo tempo em que é o presidente da Funcef, um dos maiores fundos de pensão do país?** Carlos Caser - A nossa participação na direção da Abrapp é resultado de

uma profunda avaliação que fizemos, conjuntamente com diversos outros fundos de pensão, que concluiu ser importante para o sistema ter representantes de entidades de vários portes nos órgãos de governança da associação. Nesse contexto, coube a nós a tarefa de assumir a vice-pre-

sidência da Abrapp. Mesmo tendo um volume significativo de atribuições e compromissos frente à Funcef, envidaremos todos os esforços para que nossa atuação esteja em linha com as necessidades da associação e do próprio sistema fechado de previdência comple-

mentar, que está a nos impor um conjunto de desafios que precisa ser enfrentado para garantirmos a solidez e a segurança do patrimônio previdenciário de milhões de brasileiros.

(Continua na página 5)

(Continuação da página 4)

**“A educação previdenciária precisa ser assumida pelo conjunto da sociedade e não apenas os fundos de pensão, entidades representativas e os governos. Todos os agentes econômicos e sociais devem atuar nessa questão.”**

**O Economiário - A seu ver, qual a possibilidade de se conciliar investimentos de longo prazo com a recuperação dos proventos dos aposentados dos fundos de pensão?**

**Carlos Caser** - Os nossos cenários indicam que os efeitos da crise econômica mundial que eclodiu em 2008 ainda não foram completamente superados. Algumas economias começam a dar sinais de recuperação, como a americana, por exemplo, e outras ainda levarão mais algum tempo para entrar em trajetória de crescimento, como algumas nações da Europa (Itália, Espanha, Portugal e outras). Também existem dúvidas quanto ao desempenho da economia chinesa, que, apesar de estar crescendo acima de 7% ao ano, vem gerando incertezas nos agentes econômicos quanto aos caminhos e opções na gestão da política econômica da China. Esse contexto impacta de forma expressiva os investimentos de Renda Variável, especialmente os papéis das companhias abertas, com presença em bolsas de valores, e faz com que, por um período, os preços das ações e das próprias empresas se desvalorizem. As inversões de longo prazo têm sido importantes para dar consistência e solidez ao portfólio de investimentos da Funcef, em especial os vinculados à infraestrutura. Todavia, esse tipo de

aplicação, pela própria natureza, leva mais tempo para produzir ganhos, visto que o prazo de maturação é maior. Diante de todos esses fatores, nossos cenários indicam que levaremos algum tempo ainda para recuperarmos a capacidade de revisões de benefícios no plano saldado. Neste momento fica difícil de projetarmos um prazo para isto, pois estamos sujeitos a inúmeras variáveis econômicas, sobre as quais não temos nenhum controle. Mas, temos convicção que, superados os reflexos da crise mundial, voltaremos a ter os ganhos suficientes para nos colocar novamente na rota dos resultados positivos.

**O Economiário - Quais os principais desafios que estão sendo enfrentados pela Abrapp para a gestão 2014/2017?**

**Carlos Caser** - Acreditamos que o principal deles é o tamanho do sistema fechado de previdência complementar, que vem crescendo pouco, especialmente pela ausência de novas entradas de patrocinadores. O aumento do número de participantes se deu basicamente em função de novas contratações feitas pelas patrocinadoras estatais, a exemplo da Caixa, que já se aproxima dos 100 mil empregados. A iniciativa privada tem contribuído pouco para a ampliação do sistema fechado. Há um potencial importante de crescimento, com a criação dos fundos de pensão do funcionalismo público, nas várias esferas de governo, mas achamos importante ampliar também a presença de patrocinadores privados.

Outro desafio que julgo importante é o aprimoramento do marco regulatório. Reconhecemos os importantes avanços havidos nos últimos anos, principalmente a partir das Leis Complementares 108 e 109, mas, a evolução do sistema e da própria situação socioeconômica do país exigem novas adequações. Pretendemos atuar fortemente nessa frente nos três anos de mandato.

**O Economiário - Cite as principais ações que podem ser desenvolvidas conjuntamente para o aprimoramento do marco regulatório dos fundos de pensão?**

**Carlos Caser** - Pretendemos articular os vários agentes que têm influência no sistema – Governo, órgãos de regulação e fiscalização, entidades representativas de participantes e patrocinadores e o Legislativo – para que questões importantes sejam tratadas. Temos a questão tributária, no que se refere à incidência de PIS/Cofins sobre gestão administrativa dos fundos de pensão e nos regimes tributários de Imposto de Renda sobre o benefício. Precisamos aprimorar o regramento de investimentos, visto que houve mudanças importantes nos mercados, com o surgimento de novos tipos e modelos de negócios, que precisam ser inseridos no marco regulatório dos fundos de pensão, abrindo-nos oportunidades de ganhos às quais ainda não temos acesso por limitação normativa. A regulação do tratamento dos resultados dos planos, conhecido como Equilíbrio Técnico, requer novos ajustes, visto que as mudanças ocorridas recentemente ainda não são suficientes para uma gestão de longo prazo. Questões como o tratamento de déficits e superávits ainda são controversas e carecem de novas alterações nas regras, principalmente para preservar os participantes, assistidos e patrocinadores de aportes desnecessários nos planos.

**O Economiário - Qual a estratégia para ampliar e impulsionar a educação previdenciária com o foco voltado para que os participantes dos fundos de pensão tenham voz ativa nas Fundações?**

**Carlos Caser** - A educação previdenciária precisa ser assumida pelo conjunto da sociedade e não apenas os fundos de pensão, entidades representativas e os governos. Todos os agentes econômicos e sociais devem atuar nessa questão. Daí a importância de campanhas e ações educativas sobre a importância da Previdência, seja a pública ou privada, em diversos espaços e canais: nos meios de comunicação em geral, nas escolas, nas igrejas, enfim, onde for possível e adequado. As pessoas precisam saber que contribuir para a Previdência é um ato de proteção à vida e não um mero

encargo tributário ou um investimento financeiro. De um modo geral, os fundos de pensão fazem o seu papel, a exemplo da nossa própria Fundação, que produz materiais específicos, realiza eventos, seminários e várias outras iniciativas. Mas é pouco. Precisamos fazer mais e de forma articulada com a sociedade, já que estamos tratando de um assunto de interesse universal. Nesse âmbito, o direito à representação dos participantes na governança dos fundos de pensão deve ser amplamente difundido e defendido, para impedir práticas que limitem essa participação.

**O Economiário - A seu ver, quais as metas essenciais para a previdência complementar crescer o número de participantes?**

**Carlos Caser** - A chegada dos servidores públicos ajudará a dar impulso ao sistema. O Funpresp, criado pelo Governo Federal e outras entidades de alguns governos estaduais, produzirão, no médio prazo, um salto quantitativo no sistema fechado. Mas precisamos ampliar a cobertura da Previdência Complementar para os milhões de trabalhadores da iniciativa privada que tem potencial de poupança previdenciária. Assim, para além do crescimento quantitativo, precisamos de uma ampliação qualitativa da previdência fechada. Para isto, é fundamental estimular as empresas privadas a patrocinarem planos de benefícios para seus trabalhadores. Isto pode ser feito por meio de incentivos fiscais e de adequações no marco regulatório, para oferecer mais segurança e previsibilidade aos contratos. Outra meta importante é a mitigação do risco jurídico.

A judicialização do contrato previdenciário, hoje em escala industrial, é um elemento de tensão para quem já patrocina e gerador de dúvidas e incertezas para quem pensa em patrocinar um plano de benefícios. Com o aumento da competição entre as empresas, em especial as de menor porte, a existência de dúvidas quanto ao futuro da relação previdenciária leva ao conservadorismo e à busca de soluções alternativas, com baixo viés previdenciário.

# ‘Chapa I – Movimento’ apresenta candidatos para a Diretoria e Conselho Fiscal



Jair Pedro Ferreira

Decisão foi anunciada nesta quarta-feira (19/2) pela Comissão Eleitoral Nacional (CEN). Pleito está marcado para o dia 20 de março, das 9h às 18h

Apenas uma chapa vai disputar as eleições para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da Fena. A decisão foi anunciada nesta quarta-feira (19/2) pela Comissão Eleitoral Nacional (CEN), após reunião em Brasília. O pleito está marcado para o dia 20 de março, das 9h às 18h. Estão aptos a votar todos os empregados e aposentados da Caixa associados às Apcefs até o dia 31 de dezembro de 2013.

A inscrição que foi homologada é a da Chapa 1 - “Chapa do Movimento”, que tem o atual vice-presidente da Fena, Jair Pedro Ferreira, como can-

didato a presidente. O pedido de registro foi entregue na Secretaria da Federação no dia 3 de fevereiro, data em que foi aberto o prazo de inscrição das chapas.

A CEN recebeu, por e-mail, o pedido de registro da chapa denominada “Por uma Fena de luta e para todos os empregados”. Segundo a Comissão, porém, a solicitação por meio eletrônico contraria o artigo 47 do Estatuto da Federação e o Edital de Convocação das Eleições, motivo pelo qual o pedido foi indeferido. Há ainda outra irregularidade: a chapa está incompleta, faltando a indicação do candidato à vaga de terceiro suplente do Conselho Fiscal.

Nas eleições marcadas para o dia 20 de março, das 9h às 18h, serão escolhidos os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal para a gestão 2014/2017. As urnas para coleta de votos estarão nos locais de trabalho e nas sedes das associações.

Para outras informações sobre as eleições na Fena, acesse o hotsite [www.fena.org.br/eleicoesfena2014](http://www.fena.org.br/eleicoesfena2014).

(Fonte: Fena Net)

## Diretoria Executiva

**Diretor-presidente:** Jair Pedro Ferreira (DF)

**Diretor vice-presidente:** Clotário Cardoso (MG)

**Diretora de Administração e Finanças:** Fabiana Cristina Meneguele Matheus (SP)

**Diretor de Esportes:** Paulo César Barros Cotrim (BA)

**Diretora de Cultura:** Moacir Carneiro da Costa (BA)

**Diretor de Comunicação e Imprensa:** Nathascha Brayner Sobreira (PB)

**Diretor de Assuntos de Aposentados e Pensionistas:** Olívio Gomes Vieira (RJ)

**Diretor Executivo:** Sérgio Hiroshi Takemoto (SP)

**Diretor Executivo:** Devanir Camargo da Silva (RS)

**Diretor Executivo:** José Megume Tanaka (PR)

**Diretor Executivo:** Daniel Machado Gaio (DF)

## Conselho Fiscal

### Titulares

Marcos Aurélio Saraiva Holanda (CE)  
Francisca de Assis Araújo Silva (PI)  
Jorge Luiz Furlan (SP)

### Suplentes

Anabele Cristina Silva (PE)  
Carlos Alberto Oliveira Lima (RJ)  
Laercio Silva (SC).

## Conselheiros eleitos e Fena voltam a cobrar posse no Conselho de Administração da Caixa

A incansável busca de soluções que garantam a posse dos representantes dos empregados no Conselho de Administração da Caixa teve mais um capítulo nesta quarta-feira (19/2), em Brasília (DF). O conselheiro eleito Fernando Neiva e a diretora de Administração e Finanças da Fena, Fabiana Matheus, se reuniram com José Lopez Feijóo, assessor especial da Secretaria Geral da Presidência da República.

No encontro, Neiva explicou que é fundamental que haja uma mudança no Estatuto da Caixa. Isso porque o artigo 11 do texto atual diz que só podem integrar o CA do banco aqueles que já ocuparam cargos gerenciais ou cargos relevantes em órgãos ou entidades da administração pública por no mínimo dois anos. “A proposta de alteração já foi encaminhada à Casa Civil pela Caixa”, diz o conselheiro eleito.

### Conselheiros eleitos

**Fernando Neiva (titular) e Rita Serrano (suplente)** foram eleitos no início de dezembro de 2013 como representantes dos empregados no Conselho de Administração da Caixa. Ambos receberam, no segundo turno, 13.706 votos, 55,85% do total de votantes. No primeiro turno, em novembro, a vitória veio com 6.094 votos.

No dia 7 de fevereiro, os conselheiros eleitos protocolaram correspondência na qual cobraram de Jorge Hereda, presidente da Caixa, informações conclusivas sobre a data de nomeação e posse junto ao órgão máximo de decisão do banco.

Fonte: Fena Net

## Planos econômicos: Idec pede que análise seja mantida

Na terça-feira (25/2), o Instituto Brasileiro de Direito do Consumidor (Idec) pediu ao Supremo Tribunal Federal que não suspenda o julgamento das ações sobre perdas no rendimento de cadernetas de poupança devido aos planos econômicos Cruzado (1986), Bresser (1998), Verão (1989), Collor 1 (1990) e Collor 2 (1991). O julgamento das ações, com repercussão geral reconhecida, implicará a solução de mais de 390 mil processos sobrestados nas instâncias de origem.

Na última sexta-feira (21/2), a Advocacia-Geral da União e o Banco Central pediram a suspensão do julgamento das ações. O pedido é para que seja feita uma audiência pública para debater os impactos financeiros da decisão do STF. Na petição, o Banco Central e a AGU defendem que a questão seja debatida antes do posicionamento final dos ministros, além do parecer da Procuradoria-Geral da República. O pedido de suspensão será analisado pelo ministro Ricardo Lewandowski, relator do processo.

As instituições argumentam que a Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif) apresentou no dia 18 três pareceres econômicos questionando pontos apresentados durante a sustentação oral, ocorrida em novembro. Além disso, a Consif apontou que a questão gerou um debate inconcluso no Supremo sobre o impacto financeiro. Por isso, o Banco Central e a AGU pedem que seja reaberto o debate.

Entretanto, de acordo com o Idec o pedido não deve ser acolhido, mantendo assim a continuidade do julgamento. Em sua pe-

tição, o Idec aponta ser desnecessária a audiência uma vez que os números não compõem a causa da ação. Para o instituto, a questão em análise é a inconstitucionalidade dos planos econômicos. Além disso, o instituto argumenta que as partes e amici curiae já tiveram, na ação, “amplíssimo direito e oportunidades para se manifestarem, na forma da lei”.

“Os ‘números’ não são objeto da formulação da ADPF 165, além do que todas as partes se valerem de todos os meios e recursos técnicos/didáticos (até demasiadamente) para trabalhar este dado lateral, dentro do devido processo legal e respeitadas as bases dos incisos LIV e LV, do artigo 5º, da CF”, diz o Idec.

O Idec também aponta a “impertinência temporal” do pedido de suspensão para que o processo tenha uma duração razoável. Isso porque os planos têm mais de 20 anos e a demora pode comprometer ainda mais o direito dos poupadores. Também de acordo com o Idec, caberia à Procuradoria-Geral da República se manifestar sobre novos documentos.

“O pedido de suspensão e adiamento é deveras temerário quando avizinado do anúncio (embora não oficial) de aposentadorias ou da mudança de composição do Plenário atual, que teve contato e se preparou para o julgamento. É contraproducente e lastimável apresentar o pleito de suspensão que, na prática, desafia a composição atual da Corte”, diz trecho da peti-

ção da entidade.

Na semana passada, o STF adiou o julgamento das ações, que seria retomado ontem. A questão voltaria a ser debatida, mas as sessões desta semana foram destinadas aos recursos dos condenados na Ação Penal 470, o processo do mensalão.

O julgamento das ações sobre perdas no rendimento de cadernetas de poupança foi iniciado em dezembro do ano passado, mas os ministros decidiram adiar a conclusão, para que o assunto seja definido de uma só vez. Há 390 mil processos parados em várias instâncias do Judiciário aguardando a decisão do Supremo.

São relatores dos processos em julgamento o ministro Ricardo Lewandowski, na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 165, em que são abordados todos os cinco planos; o ministro Dias Toffoli, nos Recursos Extraordinários (REs) 591.797 e 626.307 (Planos Bresser, Verão e Collor I); e Gilmar Mendes, nos REs 632.212 e 631.363 (Collor I e II).

### Estabilidade da moeda

Em sustentação oral feita em novembro na condição de amicus curiae, o procurador do Banco Central, Isaac Sidney Menezes Ferreira, defendeu que os planos econômicos são legais e tiveram como objetivo combater a inflação para manter a estabilidade da moeda.

“Essas leis introduziram de imediato, nos contratos em curso, mecanismos para romper com uma in-

flação que se esperava, mas que não se concretizou, justamente pelo choque monetário dos planos. Em palavras diretas: inflação passada, moeda velha; moeda nova, inflação zerada. O que essa Corte Suprema decidir neste julgamento delimitará o raio de ação do Estado brasileiro diante de crises inflacionárias”, afirma Ferreira.

De acordo com o procurador, a verdadeira questão do julgamento é se existe direito adquirido à inflação de uma moeda que não mais vigora. Porém, segundo ele, isso não é possível. “É certo que o Direito, desde sempre, não abriga ganhos sem causa. A causa anterior, inflação, foi debelada pelo choque do plano monetário. Deixou de existir. Cessada a causa, afastada está a premissa e o fundamento do ganho. A expectativa da inflação não se confirmou; logo, não houve perda”, explica. Ferreira aponta que a jurisprudência do Supremo é a de que “não há direito adquirido a um determinado padrão monetário”.

Outra questão levantada pelo procurador do Banco Central é a possibilidade dos planos serem inconstitucionais para uns e não para outros. “Não há inconstitucionalidade seletiva, sob pena de afronta à isonomia. Os planos não alteraram nem os contratos nem as obrigações correspondentes nas relações de trato sucessivo. Houve apenas aplicação imediata do novo padrão monetário. Aliás, é da própria essência dos contratos de poupança, cuja eficácia se prolonga no tempo, ter sua remuneração variável (correção) no padrão monetário vigente”, disse em sua sustentação oral.

## Atualize seu e-mail e telefone

Prezado associado, estamos solicitando sua gentileza na atualização de seus contatos para que possamos mantê-los sempre bem informados sobre todas as atividades da APACEF/RJ.

Sempre que queremos nos comunicar com você, utilizamos de nossos veículos de comunicação (site, jornal e,

Facebook e disparo de e-mails, via mailing) ou enviamos as informações diretamente para o canal de contato informado. Acontece que, não raro, encontramos inconsistências nos dados informados à Associação, o que provoca o retorno da informação para a fonte, ou seja, para APACEF/RJ.

Com os seus dados cadastrados corretamente e atualizados, principalmente e-mail e telefone, nossa comunicação fica mais fácil e você fica sabendo muito mais rápido sobre tudo o que a APACEF/RJ está promovendo.

Se você ainda não se cadastrou para receber nossas notícias, cadastre-se! Basta acessar o site

[www.apacef.com.br](http://www.apacef.com.br) e clicar no menu “CADASTRO”. E se você se cadastrou, mas já faz um tempinho, ou ainda, alterou seus dados de contato, envie um e-mail para [presidencia@apacef.com.br](mailto:presidencia@apacef.com.br) com seus novos contatos. Se preferir você também pode ligar para o telefone (21) 2262-5177. A APACEF/RJ está querendo encontrar você.

## Presidente da Cruz Vermelha Brasileira no Rio revela que são formados 400 cuidadores de idoso por ano

“O Economiário” entrevistou o presidente da Cruz Vermelha Brasileira no Estado do Rio de Janeiro, Luiz Alberto Lemos Sampaio, dia 19 de fevereiro, que destacou a importância dos cursos promovidos pela Entidade no Brasil, notadamente o Curso de Cuidadores de Idoso que está registrando um crescimento expressivo não só no Rio de Janeiro, mas em todo o país. “O grau de importância está sendo bem-sucedido no Rio de Janeiro onde estamos acusando uma grande expansão. São 30 cuidadores por turma, com turnos durante o dia e à



Luiz Alberto Lemos Sampaio

noite, resultando na formação anual de 400 profissionais correspondentes 60/80 cuidadores mês para o mercado de trabalho”, disse.

## CURSO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

### Curso ensina os segredos de Smartphones e tablets

Como o Jornal da APACEF/RJ “O Economiário” já havia noticiado na última edição de novembro/ dezembro, a Associação anunciou, em março, o início do Curso de Tecnologia da Informação, que terá como prioridade o ensino para operacionalizar aparelhos Smartphones e tablets para os associados da APACEF/RJ. Horários: terças-feiras, das 13h às 14h e quintas-feiras: das 13h às 14h e das 15h às 16h.

Outra opção é importante é o curso de Informática Básico (Módulo 1), que inclui no currículo iniciação no programa Word, como digitar e formatar o texto na página. E o Curso Avançado, que consiste em esclarecer dúvidas dos Programas Power Pointer/ Excel. As aulas serão ministradas pela professora Marilene de Almeida Dias, especializada em Tecnologia da Informação atualmente trabalhando na Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro.



A APACEF/RJ já está pronta para a 5ª edição dos jogos da Fenacef que será realizado de 5 a 10/4. Este ano, o evento deve reunir 1.200 competidores divididos entre 16 modalidades esportivas. A delegação do Rio de Janeiro vai participar com 64 componentes.

**Boa sorte, atletas!  
Vocês já são Campeões**

Visite: [www.apacef.com.br](http://www.apacef.com.br) e leia notícias atualizadas em tempo real